

Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício Económico: 2018



**Associação de Bem Estar Social
Da Freguesia de Sant Cruz**
Ademas Caixa Postal 7621
7540-051 Santa Cruz
Cont: 504 611 690

1 Identificação da Entidade	2
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	2
3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	2
3.1 Bases de Apresentação	2
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	3
4 Ativos Fixos Tangíveis	6
5 Ativos Intangíveis	7
6 Investimentos Financeiros	7
7 Inventários	7
8 Rendimentos e gastos	8
9 Subsídios do Governo e apoios do Governo	8
10 Benefícios dos empregados	8
11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	9
12 Outras divulgações.....	9
12.1 Créditos a receber.....	9
12.2 Outros ativos correntes	9
12.3 Diferimentos	9
12.4 Caixa e Depósitos Bancários	10
12.5 Fundos Patrimoniais	10
12.6 Fornecedores	10
12.7 Estado e Outros Entes Públicos	10
12.8 Outros passivos correntes	11
12.9 Subsídios, doações e legados à exploração	11
12.10 Fornecimentos e serviços externos	11
12.11 Outros rendimentos.....	12
12.12 Outros gastos	12
12.13 Resultados Financeiros	12
12.14 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12
12.15 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	12
12.16 Acontecimentos após data balanço	13

1 Identificação da Entidade

A ASSOCIAÇÃO DE BEM ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE SANTA CRUZ é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” em 29 de Setembro de 1998 e registada em 21 de Abril de 1999 no livro nº 7 das Associações de Solidariedade Social , sob o nº 40/99.

Tem sede em Ademas, Caixa Postal 7621, 7540-051, Santa Cruz.

Desenvolve como atividade principal a ação social, com as valências de Centro de Dia, Apoio Domiciliário e ATL.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;

Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

A natureza da reclassificação;

A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;

Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Edifícios e Outras Construções	50 Anos
Equipamento Básico	6 Anos
Equipamento de Transporte	5 Anos
Equipamento Administrativo	6 Anos
Equipamento Informático	5 Anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 Anos

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Gastos e perdas em investimentos não financeiros” ou “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (Anos)
Programas de Computador	3 Anos

Os elementos de reduzido valor são amortizados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “4143 – Fundos” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

Os restantes investimentos estão valorizados ao custo histórico.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Créditos a receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontrem reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) As vidas uteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2017	ADIÇÕES	ABATES	31-12-2018
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e Outras Construções	20 163,81			20 163,81
Equipamento Básico	40 804,04	1 087,43		50 891,17
Equipamento de Transporte	92 819,81	26 420,77		119 240,58
Equipamento Administrativo	10 101,70			10 101,70
Outros Ativos Fixos Tangíveis	13 174,45	137,15		13 311,60
Ativo Tangível Bruto	186 063,81	27 645,05		213 708,86
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	1 646,73	403,28		2 050,01
Equipamento Básico	38 118,28	4 313,45		42 431,73
Equipamento de Transporte	89 794,81	6 309,15		96 103,96
Equipamento Administrativo	9 691,78	86,30		9 778,08
Outros Ativos Fixos Tangíveis	9 902,74	724,63		10 627,37
Depreciações Acumuladas	149 154,54	11 836,81		160 991,15
Ativo Tangível Líquido	36 909,47	15 808,24		52 717,71
Investimentos em curso	11 624,70	757,07		12 381,77
Ativos fixos tangíveis	48 534,17			65 099,48

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2017	ADIÇÕES	ABATES	31-12-2018
Programas de Computador				
Ativo Intangível Bruto				
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador				
Depreciações Acumuladas				
Ativo Intangível Líquido				

6 Investimentos Financeiros

No período de 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

DESCRIÇÃO	31-12-2018
Investimentos Financeiros	
FCT	1 857,83
TOTAL	1 857,83

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	31-12-2018
Matérias-primas, Subsidiarias e de Consumo	
TOTAL	0,00

No que concerne à quantia de “Inventários” reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018, detalham-se conforme segue:

MOVIMENTOS	2018
	Matérias-primas, subsidiarias e de consumo
Saldo Inicial	0,00
Compras	37 571,74
Regularização Inventários	0,00
Saldo Final	0,00
Gastos no Período	37 571,74

8 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RUBRICAS	31-12-2018
Prestação Serviços	117 785,81
Quotas dos utilizadores	117 045,81
Quotizações e joias	740,00
Outros Rendimentos	22 106,36
Outro Rendimentos	4 061,60
Donativos	17 632,35
Rendimentos suplementares	21,92
Outros	390,49
Juros	
Depósitos Bancários	
TOTAL	139 892,17

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

DESCRIÇÃO	NATUREZA	2018	
		OPERACIONAIS	INVESTIMENTO
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável	121 728,58	
IEFP	Não Reembolsável	1 090,85	

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos é de 1 elemento.

O número médio de pessoas ao serviço da instituição durante o exercício de 2018 foi de 14

A Instituição contou ao seu serviço com um colaborador ao abrigo de programa estágio protocolado com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2018
Remunerações do Pessoal	121 284,50
Indemnizações	872,76
Encargos Sobre as Remunerações	27 477,45
Seguros de Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	1 711,30
Outros Gastos com Pessoal	1 352,64
Estágios (IEFP)	861,37
TOTAL	153 560,02

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados

12 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Créditos a receber

Para o período de 2018 a rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2018
Clientes e Utentes C/C	
Utentes	565,96
TOTAL	565,96

12.2 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018, a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	2018
Outros Ativos Correntes	
Fornecedores (Saldo Devedor)	1 458,24
Pessoal (Saldo Devedor)	170,05
Outros Devedores	
TOTAL	1 628,29

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2018
Gastos a Reconhecer	
Seguro Acidentes Trabalho	46,13
Outros Seguros	813,76
Outros	166,05
TOTAL	1 025,94
Rendimentos a Reconhecer	
Antecipação Quotas	
Subsídios	
IEFP	
Outros	
TOTAL	

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2018
Caixa e Depósitos Bancários	
Caixa	2 437,33
Depósitos à Ordem	823,55
Outros Depósitos Bancários	
TOTAL	3 260,88

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Fundos				
Reservas	11 431,90			11 431,90
Resultados Transitados	-14 950,09		12 255,88	-2 694,21
TOTAL	-3 518,19	-7 553,64	12 255,88	8 737,69

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2018
Fornecedores C/C	
Fornecedores	23 465,99
TOTAL	23 465,99

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2018
Ativo	
IVA a Recuperar	1 109,76
TOTAL	1 109,76
Passivo	
IRS (Retenções)	394,18
Segurança Social	1 205,79
Outras Tributações (Fundos)	
TOTAL	1 599,97

12.8 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2018
Credores por Acréscimo de Gastos	
Remunerações a Liquidar	11 614,57
Outros	148,11
Outros Credores	40 404,63
TOTAL	52 167,31

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

DESCRIÇÃO	2018
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	122 819,43
Doações e Heranças	17 632,35
TOTAL	140 451,78

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

O valor registado na rubrica “doações e heranças” corresponde a 973,76 euros em donativos monetários, o restante valor é donativo em espécie (valor preenchido quadro 8).

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2018
Subcontratos	
Serviços Especializados	15 259,76
Materiais	1 286,30
Energia e Fluidos	24 390,61
Deslocações, Estadas e Transportes	631,70
Serviços Diversos	26 916,77
Encargos com Utentes	
TOTAL	68 485,14

12.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2018
Rendimentos Suplementares	21,92
Rendimentos Ativos Financeiros	
Rendimentos Ativos Não Financeiros	390,49
Outros Rendimentos (Inclui Juros de Depósitos)	21 693,95
TOTAL	22 106,36

12.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2018
Impostos	
Dividas incobráveis (Associados)	
Outros Gastos	2 679,59
TOTAL	2 679,59

12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

DESCRIÇÃO	2018
Juros e Gastos Similares Suportados	
Juros Suportados	1,12
TOTAL	1,12
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	
Juros Obtidos (Depósitos)	
TOTAL	
Resultados Financeiros	0,00

12.14 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018, apresentava os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2018
Ativo	
Quotas	
TOTAL	0,00

12.15 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O edifício sede da Associação está cedido sem quaisquer contrapartidas e o terreno está cedido em direita superfície pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém onde a instituição desenvolve a atividade.

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

Centro de Dia: 36 ; ATL: 30; Serviço de Apoio Domiciliário: 20

Em 2018 a instituição teve 60 associados ativos.

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Ademas, 30 maio de 2019

ORIGINAL ASSINADO PELA DIREÇÃO E PELO CC.

A DIREÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE BEM ESTAR DA
FREGUESIA DE SANTA CRUZ
NIPC 504 811 400 Telf: 223 823 176
ADEMS Nº 7510-051 SANTA CRUZ

CONTABILISTA CERTIFICADO



